

**QUAL O PAPEL DO TRABALHO DOMÉSTICO FEMININO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA? UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS INTERPRETAÇÕES DE SILVIA FEDERICI E ROSWITHA SCHOLZ**

**CUÁL EL PAPEL DEL TRABAJO DOMÉSTICO FEMENINO EN EL MODO DE PRODUCCIÓN CAPITALISTA? UN ANÁLISIS COMPARADO ENTRE LAS INTERPRETACIONES DE SILVIA FEDERICI Y ROSWITHA SCHOLZ**

**WHAT IS THE ROLE OF DOMESTIC FEMALE LABOR IN CAPITALIST PRODUCTION? A COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN THE INTERPRETATIONS OF SILVIA FEDERICI AND ROSWITHA SCHOLZ**

<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i1.36647>

Ana Elisa Cruz Corrêa<sup>1</sup>

Ana Carolina Marra de Andrade<sup>2</sup>

**Resumo:** No presente artigo buscamos realizar uma reflexão a partir da teoria marxista feminista sobre o trabalho doméstico feminino na atualidade. Para tal, tratamos das aproximações e distanciamentos das concepções desenvolvidas pelas autoras Silvia Federici e Roswitha Scholz, na medida em que em suas obras recentes trataram deste importante tema para pensarmos hoje a questão de gênero em relação à formação, desenvolvimento e crise do modo de produção capitalista.

**Palavras-chave:** trabalho doméstico; marxismo feminista; Silvia Federici; Roswitha Scholz; produção de valor; sistema capitalista.

**Resumen:** En este artículo, nos propusimos reflexionar desde la teoría marxista feminista sobre el trabajo doméstico femenino actual. Para eso, abordaremos las aproximaciones y distancias de las concepciones llevadas a cabo por las autoras Silvia Federici y Roswitha Scholz, las cuales en sus trabajos recientes tratan este importante tema de la cuestión de género para pensarnos hoy sobre la formación, desarrollo y crisis del modo de producción capitalista.

**Palabras-clave:** trabajo doméstico; marxismo feminista; Silvia Federici; Roswitha Scholz; producción de valor; sistema capitalista.

**Abstract:** In the present article we set out to reflect about the feminist marxist theory on female domestic labor today. In order to do that, we dealt with the approximations and distances between the conceptions carried out by the authors Silvia Federici and Roswitha Scholz, whose recent works deal with this important topic to think about the gender questions in relation to capitalist mode of production's constitution, development and crisis.

**Keywords:** domestic labour; feminist marxism; Silvia Federici; Roswitha Scholz; production of value; capitalist system.

**O feminismo marxista e o trabalho doméstico: resgate de uma genealogia histórica**

Os movimentos de mulheres contra a opressão masculina patriarcal começaram muito antes do uso da palavra “feminista” para sua unívoca designação. Pode-se afirmar que desde que existe tal opressão,

existe também sua respectiva resistência; mas como também a história da luta das mulheres foi tendencialmente e primordialmente contada da perspectiva do opressor, desta última são escassos os relatos (ABREU, 2018, p. 22). Como consequência desta recorrente omissão, muitos intelectuais começaram a identificar o início da luta feminista como entendemos hoje a partir do movimento sufragista, que teve origem nos países do Hemisfério Norte, sobretudo na Europa, no início do século XX. Esse movimento, que lutou pelo direito das mulheres ao voto, foi considerado, então, pela maior parte da bibliografia sobre o tema como a manifestação da primeira onda do feminismo. A onda sufragista logo se espalhou para outros países, inclusive da América Latina, tornando-se um importante marco de resistência para as mulheres em todo o mundo (ABREU, 2018, p. 24).

Um dos conflitos fundamentais enfrentados pelas sufragistas foi o questionamento do papel da mulher relegado ao espaço privado, negando a possibilidade de se constituir como “sujeito político” na esfera pública. Sendo assim, a mulher foi impelida a resguardar-se ao doméstico. Mas é importante notarmos que isso se deu apenas em um primeiro momento com as mulheres pertencentes aos setores mais pauperizados da classe trabalhadora, afetando por mais tempo e em especial as mulheres dos setores médios, limitadas ao seu papel de mãe e dona de casa. Esse primeiro conflito exposto pelo movimento feminista, entendido a partir da tipificação histórica de suas fases de desenvolvimento em “ondas”, posiciona a questão do trabalho feminino, dentro e fora de casa, como uma de suas questões centrais.

Ainda que o foco central deste artigo seja apresentar a questão do trabalho doméstico como tratada pelas mulheres feministas a partir da crítica da economia política, vale mencionar que para Friedrich Engels este é um tema fundamental, o que se expressou em sua obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Publicada pela primeira vez em 1884, na qual a divisão sexual é identificada como a primeira grande divisão do trabalho social. No entanto, o filósofo entende que a origem desta divisão, na qual em sociedades pré-capitalistas a mulher cuidaria do espaço doméstico e o homem buscaria alimento, seria meramente natural, e não significaria em si uma valoração diferenciada entre o trabalho público e o privado, não sendo portanto essencialmente opressiva *per se*. Pelo contrário, ela poderia ser a própria garantia da igualdade entre os sexos na forma primeva de economia comunista. (ENGELS, 2019, p. 74)

Foi com a emergência do modo de produção capitalista que se deu a perda do status de comando da mulher sobre a casa para o chefe masculino da família. Para Engels, então, esse modo de produção pautado na propriedade privada dos meios de produção conferiu outro caráter à divisão sexual do trabalho a partir da desvalorização do trabalho doméstico, que perdeu sua importância diante do trabalho de subsistência do homem (ENGELS, 2019, p. 150). O pensador indica que este é um dos passos fundamentais para a consolidação da família monogâmica, pautada na propriedade privada e na subjugação da mulher ao marido constituindo o modelo familiar burguês.

Desde as contribuições de Engels, a questão doméstica apareceu por diferentes vieses nos movimentos de mulheres vinculados aos partidos e sindicatos ao longo dos séculos XIX e XX. Na Europa, esses movimentos e organizações eram compostos principalmente por mulheres provenientes dos estratos mais pauperizados da classe trabalhadora, as quais se enxergavam exploradas pela questão de classe, mas também oprimidas pelas questões de gênero. Com o advento da Revolução Russa em 1917, muito foi

discutido pelos teóricos e teóricas soviéticos sobre como mudar a organização da família monogâmica burguesa. Segundo a historiadora Wendy Goldman, a emancipação das mulheres viria, para os pensadores soviéticos, com a abolição da família através da socialização do trabalho doméstico, considerado um tipo de trabalho inferior e até mesmo humilhante, e que deveria portanto ser realizado por aparatos coletivos e públicos como restaurantes populares e lavanderias coletivas, o que desembocou no limiar de grandes polêmicas sobre se a criação dos filhos deveria ser um atributo da família ou tarefa exclusiva de aparatos estatais (GOLDMAN, 2014). Também dedicando-se a esse meandro, a filósofa e militante bolchevique Alexandra Kollontai, em suas obras *A Nova Mulher* e *A Moral Sexual*, coloca que a mulher moderna seria um resultado da inserção das mulheres no mercado de trabalho, sendo que saindo do lar, então, a mulher poderia finalmente perceber como a moral que lhe pregava submissão e fragilidade, imposta ao longo de várias gerações, na verdade, era inútil e prejudicial. E, assim, as mulheres operárias seriam a vanguarda para emancipação feminina (KOLLONTAI, 2000, p. 17). Kollontai adentrou também em importantes polêmicas envolvendo o corpo, a moral e a sexualidade feminina, que geraram enormes resistências nas fileiras internas ao Partido Bolchevique.

Neste sentido, é mister ressaltar que vários agrupamentos de mulheres, tanto dos setores pequeno-burgueses quanto da classe proletária, organizavam-se, algumas décadas antes do início do movimento sufragista, em diversas formas de contestação social nas quais a questão do trabalho doméstico feminino sempre esteve presente, ainda que de forma indireta. O papel de mulheres, sobretudo de mulheres negras, na resistência anticapitalista, antiescravagista e anticolonial de organizações quilombolas, sindicais, e outros movimentos sociais foi resgatado pelo feminismo negro e o feminismo com influências marxistas que marcaram a considerada “segunda onda feminista”. Nesta, ressaltou-se a profunda relação entre as questões específicas das mulheres negras em sua experiência histórica e a luta anticapitalista (HOOKS, 2019; DAVIS, 2016).

Ao analisar a realidade das mulheres negras nos Estados Unidos, a filósofa Angela Davis compreende que a relação das mulheres negras com o trabalho sempre foi muito diferente da relação das mulheres brancas. As escravas negras eram vistas nos campos como seres desprovidos de gênero, e sofriam por uma igual demanda de produtividade desumana e pela mesma ameaça do açoite que os homens negros. Ao mesmo tempo, eram relegadas à condição de fêmeas por meio de abusos sexuais e outros castigos vindos de seus patrões brancos (DAVIS, 2016, p. 24). O padrão de feminilidade frágil da mulher burguesa acompanhado do ideal de trabalhadora doméstica, que se impunham como determinantes na vida das mulheres brancas, não tiveram, portanto, o mesmo sentido para as mulheres negras americanas. O direito à maternidade foi uma conquista para a comunidade negra, e não uma imposição, assim como o direito a constituir uma família. Nesse sentido, diversas vozes de mulheres levantaram-se ao longo do século XX no sentido de pensar a relação necessária entre a luta contra o capitalismo e a luta contra o patriarcado como uma bandeira de homens e mulheres em busca da emancipação humana.

Neste sentido, na segunda onda feminista é notória a denúncia de diversas pensadoras e militantes em relação aos limites da bandeira do sufrágio como libertação, pois esta se encontraria circunscrita à reprodução da sociedade burguesa. Referimo-nos aqui a diversas correntes que partem, muitas vezes não

sem críticas, do marxismo para pensar a questão da mulher no século XX. Um exemplo de importante referência é o de Shulamith Firestone (1970), filósofa e escritora canadense que publicou *A Dialética do Sexo: um estudo da revolução feminista*. Neste estudo a autora faz a defesa de uma necessária revolução pela libertação das mulheres que se posiciona contra o capital. Ainda que apontando diversas críticas à obra marxiana, a autora relaciona elementos da psicanálise freudiana com o marxismo, propondo assim uma “revolução feminista”.

Por fim, a chamada terceira onda do feminismo, situada aproximadamente pós anos 1970, traz a tona a crítica ao movimento partidário sindical, chamando atenção para a presença nesses meios esquerdistas da opressão feminina do cotidiano, que inclui desde formas de opressão subjetivas e psicológicas até a violência física, levando ao extermínio das mulheres de diversas classes sociais. Nesse sentido, Judith Butler (1990) e outros campos de pensamento que se relacionam com a teoria da autora, como a teoria *queer* ou os intelectuais pós-estruturalistas, vem questionando o feminismo marxista e as definições de gênero, sexo e patriarcado devido a seu caráter excludente, e criticando a segunda onda feminista por buscar “definições essencialistas da feminilidade” (ABREU, 2018, p. 40). Como o sexo em si mesmo seria uma construção social, para a autora, no campo do trabalho não se deveria centrar a análise em questões relativas ao feminino, ou à mulher como objeto concreto imediato, à medida em que a própria noção de “ser mulher” seria fruto de uma construção social a ser questionada. Essa relação de oposição crítica da terceira onda feminista afeta diretamente as elaborações contemporâneas que pretendem partir da teoria marxista para pensar a questão da mulher.

Atestamos assim a partir de diversas leituras e posições do feminismo ao longo da história que a opressão da mulher na sociedade como conhecemos hoje teria um caráter intrínseco a esse modo de produção da vida. Nesse sentido, a expressão da interseccionalidade das opressões se estabelece em parte pelo fato de a dominação patriarcal e a exploração capitalista não estarem cindidos, pelo contrário, caminharem de forma conjugada (SAFFIOTI *apud* DUARTE, 2018, p. 55). Deparamo-nos assim com a análise de duas pensadoras contemporâneas, que consideramos fundamentais para compreensão do caráter do trabalho doméstico na perspectiva feminista anticapitalista hoje: Silvia Federici e Roswitha Scholz. Herdeiras deste importante acúmulo histórico, que alimentou e questionou o que aqui chamamos de marxismo feminista<sup>3</sup>, e que parcialmente sintetizamos<sup>4</sup> neste primeiro tópico. Estas autoras desenvolveram reflexões de grande relevância, com diferenças entre si, sobre a questão do trabalho doméstico feminino na formação do sistema capitalista e na sociedade atual. Nosso desafio neste texto é apresentar suas concepções, apontando suas aproximações e distanciamentos, no sentido de contribuir para a reflexão do trabalho doméstico e a questão da mulher na contemporaneidade.

### ***Silvia Federici, a desvalorização do trabalho doméstico e confinamento das mulheres***

Em sua obra *O Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*, a filósofa ítalo-estadunidense Silvia Federici analisa através de uma perspectiva feminista a questão do trabalho doméstico no modo de produção capitalista. Para ela, a sociedade civil burguesa emergiu perante uma política de controle dos

corpos femininos, necessária para relegar a mulher à condição de reprodutora da classe trabalhadora. Esse controle teria seu ápice durante o processo da “caça às bruxas”, ocorrido principalmente no período da Idade Moderna, mas que persiste até hoje em alguns países (FEDERICI, 2017, p. 416 - 417).

Ao mesmo tempo em que Federici parte do conceito marxiano de acumulação primitiva, desenvolve também uma crítica ao pensamento de Karl Marx no que se refere à afirmação de que o aumento populacional que acompanhou o desenvolvimento capitalista teria sido natural (*idem*, p. 179). Para ela, essa percepção ignoraria todo o processo necessário para escravizar as mulheres como máquinas de reprodução para a criação de novos trabalhadores, como se a expansão das famílias respondesse diretamente ao crescimento econômico, ou fosse resultado de um processo meramente biológico. A filósofa entende que, num sistema de produção “em que é possível compensar os salários mais altos e as horas de trabalho mais curtas por meio de um aumento da produtividade do trabalho e do ritmo da produção” (*ibidem*, p. 196), a tendência natural deveria ser a diminuição do aumento populacional, assim como em muitos lugares aconteceu durante algum tempo.

Assim, o que teria mudado a tendência do proletariado de postergar o casamento e desintegrar a família seria a “crescente diferenciação entre o trabalho feminino e o trabalho masculino” (FEDERICI, 2017, p. 197). Esse processo seria viável devido à nova imposição da feminilidade burguesa pautada na mulher “dona de casa”, cuja maior realização na vida deveria ser criar seus filhos e cuidar das tarefas de casa enquanto permanece submissa ao seu homem, que trabalha e provê o sustento financeiro. Essa figura feminina se consolidaria aos poucos na medida em que se estruturava a nova divisão social do trabalho, a despeito de ainda estar longe de representar de fato a vida das mulheres proletárias, as quais necessitavam trabalhar dentro e fora de casa para garantir a duras penas a sobrevivência da família. Este processo se alteraria apenas ao longo do século XIX, quando a figura clássica da família moderna, “centrada no trabalho reprodutivo, em tempo integral e não remunerado da dona de casa, se generalizou entre a classe trabalhadora primeiro na Inglaterra e, mais tarde, nos Estados Unidos”. Para a autora, esse processo “foi resultado de uma permuta, forjada sob a ameaça de insurreição, entre a garantia de maiores salários, capazes de sustentar uma esposa “não trabalhadora”, e uma taxa mais intensiva de exploração.” (*idem*, p. 195- 196).

Além da violência econômica, a política de vigilância e controle do Estado para o disciplinamento dos corpos, com o objetivo de reprodução em massa da classe trabalhadora, afetaria a atuação de parteiras e a socialização das mulheres, cerceando uma grande quantidade de práticas e conhecimentos femininos, “além de deixar, para as mulheres, marcas indeléveis em sua psique coletiva e em seu senso de possibilidades” (*idem*, p. 203). Cada vez mais, passaria a ser de interesse das classes dominantes controlar o direito ao aborto e as formas de sexo não-reprodutivas. Assim, a figura da mulher insubordinada às novas mudanças foi se tornando a figura da bruxa herética que pactuava com o Diabo. No texto *Malleus Malleficarum*, publicado originalmente no século XV, os dominicanos Kramer e Sprenger relacionam a prática da bruxaria de forma fantasiosa com o aborto e a relação das mulheres com seu próprio corpo, descrevendo feitiços que envolveriam devorar recém-nascidos, causar impotência nos homens, ou realizar o aborto em outra mulher, seja antes ou depois da concepção (KRAMER; SPRENGER *apud* FEDERICI, 2007, p. 71).

É sob esta compreensão do papel histórico da caça às bruxas que Federici propõe uma releitura do conceito de acumulação primitiva marxiano. Este é um conceito trabalhado por Marx sobretudo no capítulo 24 do livro I da obra *O capital*, onde afirma que há necessariamente uma “acumulação ‘primitiva’, prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida” (MARX, 2017, p. 959).

Federici parte da acumulação primitiva como momento fundante do capitalismo industrial moderno, mas ressalta a desconsideração do filósofo alemão em abordar a centralidade da prática da caça às bruxas e tratar mais a fundo o papel do trabalho reprodutivo. Para ela, Marx examinou a acumulação primitiva “do ponto de vista do proletariado assalariado de sexo masculino e do desenvolvimento da produção de mercadorias”. A filósofa, portanto, compreende a acumulação primitiva a partir do papel do “controle do feminino”, o que acarreta também um entendimento distinto das consequências deste processo (FEDERICI, 2017, p. 26). Nesse sentido, Federici elabora uma crítica à relativa positividade que Marx conferiria ao desenvolvimento das forças produtivas, à medida que este é pensado como parte do desenvolvimento da humanidade. Soma-se a isto a denúncia da autora às inferências de pensadores que analisam o período de advento do capitalismo a partir de uma perspectiva evolucionista da história, ignorando o fato de que a gênese da sociedade civil burguesa seria na verdade resultado de uma contrarrevolução das classes dominantes contra a tomada de poder pelo povo camponês (*idem*, p. 44).

Segundo a autora, a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista, as mulheres foram cada vez mais escravizadas à procriação e reduzidas à posição de não-trabalhadoras. O trabalho doméstico passou a ser desde então considerado um trabalho de não-valor para o mercado, enquanto as mulheres foram confinadas dentro de casa. Ademais, os trabalhos feitos em casa para venda fora de casa passaram a ser considerados uma ajuda na produção, e não trabalhos em si, além do fato de que por muitas décadas mesmo o trabalho feminino fora de casa foi pago em valor menor que o masculino. Na mesma perspectiva, a prostituição, posição à qual muitas mulheres tiveram que se submeter para sobreviver, foi crescentemente criminalizada. Tudo contribuiria para reforçar o papel da mulher trabalhadora como reprodutora de sua classe, em subjuço a seu marido que ainda poderia deter um pouco de sua autonomia como dono de um salário. Ao mesmo tempo, os homens trabalhadores também se revoltaram contra as empresas que contratavam mulheres por conseguirem pagar a elas um salário menor.

A fixação das mulheres no trabalho reprodutivo também era benéfica aos capitalistas, e não ocorreu sem resistência. “Aqueles que ousaram trabalhar fora do lar, em um espaço público e para o mercado, foram representadas como megeras sexualmente agressivas ou até mesmo como ‘putas’ ou ‘bruxas’.” (*idem*, p. 189-190). A autora, então, destaca o uso do termo “patriarcado do salário” para designar as condições a partir das quais as mulheres não eram donas dos seus próprios salários e, a partir disso, materialmente sujeitas ao domínio masculino com apropriação de seu trabalho pelos homens. Isso se expressou em transformações objetivas mas também subjetivas em relação à figura feminina e seu papel social ao longo dos séculos (*ibidem*, p. 205).

Para além dos muitos méritos na análise de Federici de um tema tão pouco pesquisado na história, o fenômeno da caça às bruxas, bem como a importância de sua apreensão do papel do trabalho feminino

ao longo da gênese do modo de produção capitalista, cabe aqui pontuar que, partindo da teoria marxiana, seria impreciso afirmar que na obra de Marx a questão da mulher seria negligenciada devido ao fato de a história estar sendo olhada através de um “ponto de vista masculino”. Como o filósofo José Chasin (2000, p. 5-6) coloca, não há um modelo único, um só predicado marxiano, pelo qual se analise o capitalismo nas mais variadas realidades. Assim como a leitura crítica do desenvolvimento do capital nos países centrais, bem como a “via prussiana” ou a “via colonial” de desenvolvimento, não devem ser apreendidas como modelos prontos para aplicar em diferentes realidades e tempos históricos, a complexidade analítica do materialismo dialético reside na possibilidade de uma análise com enfoque na importância do controle das mulheres no processo de acumulação primitiva não ser concorrente com as análises empreendidas por Marx sobre a constituição da sociedade produtora de valor.

No século XIX, Marx reconhece que a própria questão da formação do proletariado não tem um desenvolvimento uníssono. A ideia abstrata de classe trabalhadora, capital e Estado só pode perder seu caráter idealista ao se firmar nas particularidades de sua existência histórico-concreta, tal como abordado, por exemplo na *Crítica do Programa de Gotha*, em que o filósofo coloca que a sociedade capitalista existe (em todos os países civilizados) mais ou menos modificada pelo desenvolvimento histórico particular de cada país. (MARX, 2012, p.42).

Ressaltamos também que há vários momentos na obra de Marx em que é explicitada a piora da situação das mulheres na sociedade civil burguesa em comparação com o período feudal anterior, contestando-se portanto que para Marx o processo histórico não pode ser reduzido na afirmação de que “o capitalismo preparava o caminho para a libertação humana”, como afirma Federici. O escritor muitas vezes reitera que a situação de diversos camponeses piorou na transição para o capitalismo, como, por exemplo, através do processo de expropriação de terras na Escócia (MARX, 2017, p. 977) ou mesmo das condições de vida do agricultor francês no século XIX (MARX, 2012, p. 95).

Apesar de algumas críticas de Federici à obra de Marx acabarem por desconsiderar tanto passagens específicas da obra do autor quanto o alcance da totalidade analítica e contraditória proposto pelo materialismo dialético, a autora realizou uma obra de suma importância para o resgate histórico da condição da mulher como sujeito social no desenvolvimento do capitalismo. É válido ressaltar aqui que a obra de Marx em si mesma certamente apresenta suas próprias limitações, sobretudo quando se debate a questão do trabalho doméstico feminino, a qual ele raramente abordada diretamente. A falta de centralidade dos posicionamentos que concernem a questão da mulher na sociedade capitalista é frequentemente justificada pela limitação do seu próprio tempo histórico, sendo necessária hoje uma abordagem que leve em conta esses critérios com mais esmero.

Para aprofundarmos esses dilemas apresentamos agora uma outra crítica à concepção de trabalho feminino marxiana a partir da exposição dos principais elementos que identificamos nos trabalhos de Roswitha Scholz.

### ***Roswitha Scholz, trabalho doméstico e a teoria do valor-dissociação***

Roswitha Scholz, pedagoga e filósofa alemã integrante do grupo KRISIS e de sua posterior cisão, o grupo EXIT!, analisa, assim como Federici, o fenômeno da caça às bruxas, conferindo sua devida importância para a consolidação da sociedade civil-burguesa. Nesse sentido, é importante notar a temporalidade na qual a identificada a caça às bruxas, como algo que marca o início da modernidade capitalista pujante, na qual era necessário extinguir a imagem mística para criar (à luz da racionalidade científica) “o novo ser humano da era industrial”, e não como um momento típico da “era das trevas” ou “idade das sombras”. Abreu, sobre a obra de Scholz, afirma que “quanto mais se desenvolvem uma esfera pública, uma jurisdição estatal e uma ciência institucionalizadas, mais nítido se torna o papel marginal atribuído à mulher” (ABREU, 2018, p. 23).

Apesar da confluência analítica entre as autoras quanto à importância da caça às bruxas para o processo de modernização capitalista, Scholz tece duras críticas às concepções de Federici, em especial em relação ao trabalho e à produção de valor capitalista. Nesse sentido, identificamos que as divergências residem nas diferentes relações que as autoras estabelecem com a obra de Marx. Para compreendê-las é importante apresentarmos primeiramente as bases da teoria da dissociação-valor elaborada pela filósofa alemã. Nessa teoria, Scholz identifica uma visão androcêntrica do conceito de valor em Marx, que ofuscaria o caráter sexual presente na lógica do valor e ignoraria que o trabalho constitui-se, fundamentalmente, em um princípio masculino baseado na crença do trabalho abstrato como fim em si mesmo. Para a integrante do grupo KRISIS, seria necessário compreender criticamente a obra de Marx para que não se superestimasse o valor enquanto “forma de representação do trabalho abstrato, diferentemente do marxismo cunhado pelos movimentos trabalhistas, o qual define o “trabalho” como característica do gênero humano”. Assim, para ela “a ascensão do *princípio masculino* do “trabalho abstrato como um tautológico fim em si mesmo (R. Kurz)” traz como resultado o confinamento doméstico e a repressão da mulher na história ocidental, produzindo a perda da dimensão sensível das relações humanas, a destruição da natureza e a ameaça de guerra nuclear. (SCHOLZ, 1996, p. 2).

A autora busca em Marx o termo “abstrações fantasmagóricas” para caracterizar as mercadorias produzidas como “coisas sociais”, relacionando o componente sensível que os homens subtraem do trabalho como uma forma de despersonalização mais intensa para eles que para as mulheres. A partir dessa análise, a filósofa também entende que o próprio “perigo de castração” do homem quando as mulheres entram no mercado de trabalho advém do trabalho abstrato, gerador de identidade no âmbito masculino (*idem*, p 23 – 24). Esta relação do trabalho abstrato como fim em si, produção irracional de valor, é um princípio masculino não por origens subjetivas mas a partir da relação do patriarcado com a formação social capitalista. E se tal se expressa desde sua origem, esta também é fortemente presente, segundo Scholz, na condição atual do capital em crise e nas demandas de sua superação como forma social em decadência. Existiriam “potenciais de destruição do sensível” presentes na forma do valor que “resultam do mecanismo patriarcal de cisões que, histórica e estruturalmente, se encontra na base de toda esta relação”, e o movimento feminista deveria ter consciência objetiva e social desse mecanismo (*ibidem*, 1996, p. 24).

É importante ressaltar, portanto que, para a autora, as mulheres não são apenas um sujeito de interesse na luta para o fim do patriarcado, pois toda a humanidade “tem de compreender que ‘nossa’

sociedade é determinada pelo patriarcado e pelo valor” (SCHOLZ, 1996, p. 24). Desse modo, Scholz coloca a importância de identificarmos a centralidade da questão da mulher na produção de valor, na “produção fetichista de mercadorias”, trazendo conseqüentemente as lutas contra o patriarcado que estrutura a sociabilidade capitalista moderna como centro da superação desta forma social.

A filósofa desenvolve a teoria da dissociação-valor como oposição ao que denomina “teoremas metafísicos da colonização” (*idem*, p. 28), nos quais se encaixaria a teoria analítica de Silvia Federici. Para ela, Federici perde de vista a relação basilar dialética de dissociação-valor, recaindo no subjetivismo e no operáismo. Nesse sentido, Scholz demonstra que o momento da reprodução feminina da força de trabalho é momento constitutivo do próprio processo produtivo, seria um momento cindido ou dissociado da produção direta de valor, mas ainda assim absolutamente constitutivo e indispensável. Enquanto que Federici se limitaria a identificar o trabalho feminino doméstico como momento de reprodução, distinto da produção de valor, ou que se limita a produção da mercadoria “força de trabalho”.

Nesse sentido, a questão de gênero não está limitada ao trabalho doméstico como momento da reprodução não remunerada do trabalho feminino, como entenderia Federici, mas seria esta mesma momento cindido da produção de valor da força de trabalho masculina, como uma sombra essencial do processo produtor de mercadorias. Scholz questiona, portanto as concepções que pensam o reconhecimento do trabalho doméstico limitado à remuneração dos indivíduos que os realizam, a medida em que demonstra que este trabalho é produtor de valor dissociado, momento da produção geral de mercadorias. E esse cenário se transforma ao mesmo tempo em que se mantém ao longo do tempo, a medida em que, se por um lado as mulheres passam a adentrar o mercado de trabalho, sua inserção “dissociada” mantém-se presente. (*ibidem*, p. 30-31).

Entretanto, com as configurações contemporâneas do capital nas últimas décadas o que observamos é o avanço do desemprego e a eliminação progressiva e acelerada de postos de trabalho produtores de valor, sejam estes ocupados por homens ou mulheres. Nesse sentido, vale ressaltar também que a autora parte do fenômeno da “contradição em processo”, o qual levaria à crise fundamental do capitalismo, ou em outros termos, ao colapso do sistema do produtor de valor. Esta crise assenta-se no fato de que apenas o trabalho humano abstrato é capaz de produzir valor, e este paradoxalmente é crescentemente expulso do processo de produção industrial contemporâneo com o aumento exponencial da composição orgânica do capital.

Esta questão é fundamental para compreendermos as críticas de Scholz à Federici, pois para a teórica da dissociação-valor, que parte deste fenômeno da “contradição em processo” como explicação para a crise, não faria sentido pensar os processos de globalização atuais como uma recolonização: “Federici pelo contrário, compreende os cegos processos da globalização – *ceterum censeo* – como uma vontade de colonizar do “capital”, no contexto de uma “acumulação primitiva” global e permanente, com o sugar da força de trabalho que pode continuar sem fim” (SCHOLZ, 2016, p. 33). Para a alemã, na teoria de Federici existe um “etnocentrismo invertido” sendo que essa se apoiaria num marxismo do movimento operário modificado que, de maneira vulgar, transforma as colônias, os povos indígenas, ou também as mulheres da “cultura dominante” em “centro estratégico” para conseguir se legitimar enquanto teórica (*idem*, p. 34).

Ainda que Federici apresente críticas às formas organizativas ortodoxas do marxismo tradicional, ela partiria do pressuposto de que haveria um sujeito revolucionário a se identificar e mobilizar, enquanto Scholz identifica homens e mulheres trabalhadoras como sujeitos assujeitados pela forma valor, pelo sistema fetichista. Este portanto deveria ser radicalmente criticado para sua superação, à medida em que a ação política deveria ser acompanhada do crivo permanente da prática da crítica teórica.

Conjuntamente a essa tendência operaísta de Federici, expressa-se o limite do subjetivismo ao tratar desses sujeitos como aqueles que iriam assumir a crítica do capitalismo dentro dos limites do fetichismo da mercadoria. Isso ocorre à medida em que o “sujeito operário” é substituído por um “sujeito oprimido” e suas formas de resistência se dão nos limites da distribuição da forma valor, como por exemplo na demanda por remuneração para o trabalho doméstico. Pensa-se mecanismos de resistência que visam apropriação da riqueza produzida por determinados sujeitos sociais, e não a crítica ao mecanismo estrutural de produção social. A crítica posta não ultrapassaria o próprio caráter constitutivo do trabalho doméstico como momento dissociado da produção de valor. Tal subjetivismo emerge quando a crítica teórica não se põe como crítica radical da forma fetichista de produção de sujeitos assujeitados, objetificados pela forma valor em crise.

Segundo Scholz, a escritora ítalo-estadunidense compreenderia o capitalismo atual como um sistema em ascensão, que tenderia a incorporar cada vez mais força de trabalho mundo afora, em grandes fôlegos de novo desenvolvimento. De modo distinto, a crítica do valor vê um sistema em dissolução acelerada que, ao contrário disso, expulsa de a força de trabalho de seu cerne, migrando cada vez mais para processos de ficcionalização do valor e tentativas, insuficientes, de contenção/administração da barbárie social, causa e consequência deste processo.

Para compreendermos a teoria da dissociação-valor e o papel que Scholz atribui ao trabalho feminino é necessário partirmos por um lado da definição de dissociação valor, que pensa o trabalho feminino como momento e essência da sociedade produtora de valor, por outro da compreensão desta mesma sociedade em uma crise monumental, na qual as formas de exploração do trabalho e produção e reprodução do feminino estão imersas em uma forma social em colapso.

### **Conclusões**

Ante o exposto, pode-se concluir que Federici e Scholz têm concepções distintas sobre o trabalho doméstico feminino. A partir da compreensão da obra *O Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva* foi possível constatar que Federici identifica uma separação bem definida entre trabalho reprodutivo e trabalho produtivo, ainda que ambos se relacionem entre si. A autora se esforça com êxito em colocar em evidência uma parte da história muitas vezes negligenciada - a caça às bruxas, fenômeno que representa uma das mais bem-sucedidas práticas de controle dos corpos femininos para relegar a mulher ao trabalho reprodutivo, necessário para a expansão da classe trabalhadora no período de consolidação do modo de produção capitalista. Foi com a prática repressora e vigilante da burguesia que se estabeleceu (ainda que com muitos séculos de resistência das mulheres e de todo o proletariado em formação) uma nova divisão

do trabalho em que as mulheres são escravizadas à procriação e habitam um espaço de não-trabalho perante a sociedade.

Pode-se criticar, no entanto, a ideia da autora de que é necessário rever a obra marxiana a partir de um olhar “feminino”, visto que, apesar de o autor não ter dado um destaque para o fenômeno da caça às bruxas, não faz sentido alegar que sua obra partiu de um olhar “masculino”, no sentido de que não há um modelo único de interpretar a realidade, um só predicado, existente na obra de Marx.

Ao ler a obra de Scholz *Cristóvão Colombo Forever? Para a crítica das atuais teorias da colonização no contexto do “Colapso da modernização”*, outros debates também podem ser destacados entre a teoria da dissociação-valor e a teoria defendida por Federici sobre o papel do trabalho doméstico feminino. Scholz define a teoria de Federici como “operaísta” e “subjetivista”, alegando que faltou nela considerar o papel de dissociação do trabalho feminino no processo de produção do valor, sendo que as categorias de trabalho reprodutivo e trabalho produtivo não têm uma separação clara como sugerem esses dois conceitos. Assim, Federici teria partido de um ponto de vista de um “etnocentrismo invertido”, criando uma teoria da colonização que não percebe a contradição em processo que perpassa o modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, para Scholz, há em Federici a ideia de uma acumulação primitiva eterna através do fenômeno da globalização que erra ao tentar colocar um ponto de vista subjetivo e colonial ao capital.

Lendo ambas as obras, é necessário também retornar com prudência a Marx por alguns momentos, para compreender de onde estão partindo as autoras quando falam sobre trabalho, valor, acumulação primitiva, dentre outros conceitos. As contribuições das filósofas são grandes nos campos de debates do marxismo feminista, sendo preciso distinguir com grande cautela o processo crítico de Scholz e Federici ao filósofo.

Não há um conceito consensual sobre o trabalho doméstico feminino no contexto do capitalismo, e os esforços de Scholz e Federici representam um grande avanço nesse debate, sendo ele a nosso ver não necessariamente uma “revisão” da teoria marxiana, mas uma complexificação das concepções de Marx em relação à imbricação histórica e estrutural do feminino acerca da teoria do valor e da acumulação primitiva. Entendemos esse debate entre as autoras em perspectiva comparada como material fundamental para a compreensão da realidade capitalista e patriarcal, sobretudo no que diz respeito à questão do trabalho. Buscamos aqui uma breve contribuição visando trazer elementos que nos aproximem deste objetivo.

### ***Bibliografia:***

ABREU, Suellen. **Elas, as feministas... Elas, as assistentes sociais...** contribuições, desafios, possibilidades. Dissertação de Mestrado. Serviço Social, UNIFESP – SP, 2018.

CHASIN, José. **A Miséria Brasileira 1964-1994: do golpe militar à crise social.** São Paulo: editora Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e a Revolução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo** : políticas arrebatadoras .Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KOLLONTAI, Alexandra. **A Nova Mulher e a Moral Sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MARX, Karl. **As Lutas de Classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. In COSTA, Albertina; Bruschini, Cristina (org). **Uma questão de gênero**. São Paulo, Ed. Rosa dos Tempos/FCC, 1992, p. p. 183-215.

SCHOLZ, Roswitha. Cristóvão Colombo Forever? Para a crítica das atuais teorias da colonização no contexto do “Colapso da modernização”. **Exit! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria**, nº 13 (01/2016).

SCHOLZ, Roswitha. O Valor é o Homem: Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. S. Paulo: **Novos Estudos** – CEBRAP, nº. 45 - julho de 1996.

---

### Notas:

<sup>1</sup> Socióloga, mestre em Ciência Política pela Unicamp, doutora em Serviço Social pela UFRJ e professora desde 2017 do Setor de Ciências Sociais do Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (COLTEC/UFMG). Coordenadora do grupo de pesquisa “Crise sistêmica e resistências feministas nos movimentos sociais contemporâneos”. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4029503913942410> Email: [acorreia@gmail.com](mailto:acorreia@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisadora bolsista do grupo de pesquisa “Crise sistêmica e resistências feministas nos movimentos sociais contemporâneos” orientado pela prof. Dra. Ana Cruz Corrêa e extensionista da Clínica de Direitos Humanos (CdH-UFMG).Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5563010309423461> Email: [anamarra7@gmail.com](mailto:anamarra7@gmail.com)

<sup>3</sup> Compreendemos aqui, de forma ampla, as autoras que partem da obra de Marx, com leituras distintas, como fundamento para luta contra a opressão das mulheres. Não nos limitamos a pensar o feminismo marxista a partir de uma ortodoxia que exclua a possibilidade de diálogo com outros fundamentos teóricos, como é o caso do pensamento de Sigmund Freud para obra de Firestone ou mesmo de Michel Foucault para de Federici.

<sup>4</sup> Tratamos neste tópico de obras e pensadoras de referência que identificamos fundamentais para o debate Federici - Scholz. Ressalva-se entretanto que esta síntese introdutória apresenta limites pois muitas são as autoras que vem tratando dessa questão em diversas linhas teóricas, como é o caso da teoria do *care* que optamos por não trazer para centralidade do debate devido a uma opção de recorte analítico.